



## **CÂMARA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ**

*Casa Francisco de Assis Barros*  
**TACAIMBÓ**

**PERNAMBUCO**

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2025**

Regulamenta a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 no âmbito do Poder Legislativo Municipal, instituindo o Programa de Governo Digital da Câmara Municipal de Tacaimbó - Pernambuco.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ/PE**, no uso de suas prerrogativas constitucionais, legais e atribuições de acordo com o Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, faz saber que a Câmara APROVOU e eu, PROMULGO o seguinte DECRETO LEGISLATIVO.

**CONSIDERANDO** os princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão previstos pela Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital);

**CONSIDERANDO** que a Lei do Governo Digital somente se aplica às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados caso adotem seus comandos por meio de atos normativos próprios (art. 2º, III);

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar, no âmbito da Câmara Municipal de Tacaimbó, os procedimentos internos nos moldes da regulamentação da Lei de Acesso à Informação;

Apresenta o seguinte Decreto Legislativo

#### **CAPÍTULO I** **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, ficando instituído, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, o Programa de Governo Digital da Câmara Municipal Tacaimbó.

Art. 2º O Programa de Governo Digital observará os princípios da desburocratização, inovação, transformação digital e participação cidadã, garantindo maior eficiência administrativa e transparência no serviço público legislativo, observando as seguintes diretrizes:

I - Manutenção e atualização dos serviços digitais;

II - Ampliação da oferta de serviços digitais ao cidadão;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ**

*Casa Francisco de Assis Barros*  
**TACAIMBÓ**

**PERNAMBUCO**

III - Aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade;

IV - Uso da tecnologia como ferramenta de inclusão e redução de desigualdades;

V - Melhoria contínua dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão.

### **CAPÍTULO II** **Dos Serviços Digitais Públicos**

Art. 3º A Câmara Municipal promoverá estudos para ampliação dos serviços digitais públicos, podendo criar instrumentos para o desenvolvimento de capacidades individuais e institucionais voltadas à transformação digital.

Art. 4º As iniciativas de Governo Digital serão executadas por meio de ferramentas e serviços digitais de interação com cidadãos e entidades externas.

Art. 5º Compete ao Programa de Governo Digital:

I - Manter atualizadas informações institucionais;

II - Monitorar e melhorar serviços com base na satisfação dos usuários;

III - Integrar serviços a ferramentas de notificação e assinatura eletrônica;

IV - Eliminar exigências desnecessárias, promovendo a interoperabilidade de dados.

V- Oferecer canais eletrônicos para solicitações dos cidadãos.

Art. 6º. A Câmara Municipal poderá desenvolver e implementar, de forma progressiva e conforme sua capacidade técnica e orçamentária, novos serviços digitais voltados à promoção da transparência, da eficiência administrativa e da participação cidadã, entre os quais se destacam:

I- Portal da Transparência da Câmara Municipal de Tacaimbó;

II- Transmissões web ao vivo das Sessões Legislativas;

III- E-mail e redes sociais oficiais da Câmara Municipal de Tacaimbó;

IV- Sistema web de Ouvidoria;

V- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC;

VI- Pesquisa de Satisfação;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ**

*Casa Francisco de Assis Barros*  
**TACAIMBÓ**

**PERNAMBUCO**

- VII- Sistema de agendamento online de atendimento com vereadores ou comissões;
- VIII- Plataforma para consulta e envio de demandas por bairro ou comunidade;
- IX- Canal de apresentação de propostas legislativas por meio digital (e-democracia local);
- X- Painel da LGPD e da Segurança da Informação;
- XI- Assistente virtual ou chatbot para atendimento ao cidadão;
- XII- Painel público de tramitação legislativa com funcionalidades de acompanhamento por tema;
- XIII- Ambiente digital da Escola do Legislativo com inscrições, certificados e acervo pedagógico digital.

§1º A regulamentação, implementação e atualização desses serviços observará os princípios da Lei Federal nº 14.129/2021 (Governo Digital), da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como os atos normativos internos da Câmara Municipal.

§2º A implementação desses serviços será condicionada à disponibilidade técnica e orçamentária da Câmara Municipal.

### **CAPÍTULO III Da Proteção de Dados**

Art. 7º Os serviços digitais deverão respeitar a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e a regulamentação interna da Câmara, observando-se especialmente:

- I - O Inventário de Dados Pessoais;
- II - A atuação do Encarregado de Dados e do Comitê Gestor;
- III - A existência de plano de resposta a incidentes;
- IV - A transparência quanto ao tratamento e uso dos dados.

### **CAPÍTULO IV Da Gestão e Avaliação**

Art. 8º A Mesa Diretora poderá estabelecer metas e indicadores para o Programa de Governo Digital, bem como divulgar relatórios de desempenho, satisfação dos usuários e dados estatísticos dos serviços prestados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE TACAIMBÓ

*Casa Francisco de Assis Barros*  
TACAIMBÓ

PERNAMBUCO

### **CAPÍTULO V Das Disposições Finais**

Art. 9º Compete a Câmara Municipal assegurar o cumprimento de todas as normas relativas aos serviços digitais no âmbito interno após o início da vigência deste Decreto.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tacaimbó, 10 de outubro 2025.

*Eduardo da Silva Pereira*

Eduardo da Silva Pereira  
- Presidente -